

A EDIÇÃO DE TEXTOS PARA O ESTUDO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS DA LINGUAGEM JURÍDICA

Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

1. Considerações iniciais

Este trabalho tem como principal meta descrever e analisar os fenômenos das unidades fraseológicas (UFs) em uso nos textos jurídicos do período colonial brasileiro. Partimos da edição semidiplomática dos Autos de Querela que registram as petições de crimes ocorridos no Ceará, nos séculos XVIII e XIX. Em cada segmento dos autos é frequente o uso de fraseologias¹, que podemos classificá-las como formas discursivas de abertura e de fechamento das partes dos processos. O fenômeno ocorre também no corpo de todo o texto, conforme o desenvolvimento das narrativas, podendo expressar algum juízo de valor diante da realidade vivenciada.

As unidades fraseológicas podem apresentar várias funções como: estabelecer o tempo e o espaço dos fatos, identificar os sujeitos arrolados nos autos pela cor da pele e profissão, revelar formas respeitosas de tratamento, formas de agradecimento etc.

Por meio da edição dos textos e da leitura do contexto sócio-histórico-cultural, podemos ter uma visão ampla e integral, não somente da língua no que tange ao fenômeno estudado aqui, mas também de várias informações que emergem do texto revelando dados do funcionamento da sociedade colonial como um todo e, principalmente, da vida cotidiana da antiga capitania do Ceará.

2. As unidades fraseológicas da linguagem especializada

As unidades fraseológicas ou fraseologias são fenômenos linguísticos que ocorrem tanto na língua comum quanto nas línguas de especialidades. Na língua comum estas fraseologias compõem-se por

¹ Neste trabalho empregamos os termos unidades fraseológicas e fraseologias como sinônimos.

um conjunto de formas repetidas como os provérbios, os ditos populares, as sentenças e outros. Rodríguez (2000, p. 127) atribui o conceito de fraseologia ao “[...] discurso repetido que inclui todos os tipos de expressões fixas, que são unidades linguísticas não substituíveis ou recambiáveis pelas regras da língua atual”.

Os discursos, como adágios, máximas, sentenças, foram produzidos em épocas remotas da língua, principalmente na oralidade, porém se incorporaram na modalidade escrita dessa língua através dos séculos, refletindo a cultura e o período histórico do povo que os produziu. “A temática da fraseologia de um povo retrata o homem, suas características, conflitos, modo de vida, atividade” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 127).

Bragança Júnior (1999) apresenta uma definição generalizante para fraseologia entendida como a ciência que estuda o conjunto de frases ou locuções de uma língua, em primeiro plano, ou de um autor isolado, num segundo momento.

Para esse autor, a fraseologia tem um aspecto histórico, social e cultural muito importante na vida do homem e expressa conteúdos de ordem moral, filosófica e prática para as gerações de todas as épocas.

Do ponto de vista social, a origem e o papel das expressões fraseológicas através de gerações prendem-se à transmissão de um legado cultural de conselhos práticos de vida baseados na experiência e na sabedoria dos antigos. Através de observações feitas a partir da realidade circunjacente ao mundo de sua época, o homem procurava, por meio de expressões fraseológicas, ter em mãos subsídios práticos para sua própria orientação e das próximas gerações no que diz respeito às condutas a serem seguidas ou refutadas (BRAGANÇA JÚNIOR, 1999, p. 47).

Bevilacqua (1996) também afirma que as fraseologias designam realidades linguísticas muito antigas, apesar de ainda gerar conflitos quanto à sua conceituação e ao seu reconhecimento enquanto expressões formadas por mais de uma palavra e apresentar sentido.

Para alguns autores, a fraseologia limita-se às expressões idiomáticas próprias de uma língua; outros consideram que ela inclui os provérbios, os ditos, as locuções e as lexias compostas. Há ainda quem considere que tais unidades possuam tamanhos extremamente variáveis, podendo incluir palavras, grupos de palavras, de termos, locuções, expressões, orações, segmentos de frases, frases, conjunto de frases e assim por diante. (BEVILACQUA, 1996, p. 9).

Algo muito relevante que destaca essa autora é a distinção entre as UF's da língua comum em relação às línguas de especialidades, pois sabemos que estas criam expressões típicas que não chegam a circular no léxico daquela. Concordamos com ela quando afirma que a língua de especialidade tem um tratamento específico.

Língua de Especialidade (LE), considerada como tal por circunscrever um campo conceptual específico e, conseqüentemente, por possuir uma terminologia e fraseologia próprias, sendo utilizada, predominantemente, pelos especialistas de determinada área do saber em situações específicas de comunicação, cuja função principal é o intercâmbio de informações técnicas ou científicas. Difere, portanto, da Língua Comum (LC) utilizada para a comunicação cotidiana entre os falantes de determinada comunidade lingüística. (BEVILACQUA, 1996, p. 11).

Krieger e Finatto (2004) atribuem à definição de fraseologia uma estruturação lingüística estereotipada que conduz a uma interpretação semântica independente da estruturação dos constituintes formais. Aqui são enquadradas as expressões idiomáticas, os provérbios e as frases feitas utilizadas nas línguas comuns. Além de outras frases feitas constituídas por locuções verbais e nominais, há também as frases usadas como fórmulas que abrem ou fecham determinados gêneros textuais, como aberturas e fechamentos de cartas formais. Incluímos aqui todos os gêneros textuais que fazem uso de fórmulas fixas com valores sociais e pragmáticos convencionais muito típicos que não podem ser transgredidos.

Essas unidades têm função importante de integrar a comunicação humana ao plano da interlocução de áreas temáticas, tanto no plano geral quanto no mais específico.

Tais unidades integram as comunicações humanas tanto no plano da interlocução que envolve temáticas gerais, quanto no das temáticas especializadas. Dessa forma, conforme o contexto comunicacional, fala-se em fraseologia da língua geral ou em fraseologia especializada. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 84).

A língua de especialidade, conforme definição de Pavel (2003), contempla a sua estrutura interna, ou seja, seus componentes gramaticais e os elementos externos, como variações geográficas, sociais e históricas.

A língua de especialidade é um subconjunto da língua geral que serve para transmitir um saber atinente a um campo de experiência particular. Ela tem em comum com a língua geral a gramática e uma parte de

seu inventário léxico-semântico (morfemas, palavras, sintagmas e regras combinatórias), mas faz deles um uso seletivo e criativo que reflete as particularidades dos conceitos em jogo e que apresenta variações sociais, geográficas e históricas. (PAVEL, 2003, p. 100).

Diz a autora que o pensamento científico dá origem à criação temática, ao conceito e ao uso dos temas. “É a partir da análise das características temáticas de um campo do conhecimento que a pesquisa terminológica encontrará os elementos distintivos da linguagem especializada” (PAVEL, 2003, p. 102).

Como tratamos aqui de um texto produzido no âmbito do setor jurídico da administração pública colonial, podemos classificá-lo como um texto especializado. O texto especializado, conforme Krieger e Finatto (2004), é compreendido como aquele que transmite conhecimentos especializados de uma área do saber humano, por meio de um léxico que expressa uma dimensão cognitiva do conhecimento especializado e de uma dimensão linguística por meio desse componente lexical temático das línguas.

Por sua vez, o léxico temático que circula nos textos das linguagens de especialidade tem a função de servir às comunicações especializadas ao transmitir conhecimento específico de cada ciência ou de cada área do saber. Hodiernamente, essa funcionalidade do léxico especializado faz com que as sociedades tenham um aparato mais competente perante o desenvolvimento globalizante da economia e um domínio pleno das ciências e tecnologias.

Para Cabré e Estopá (2007), o estudo da linguagem especializada deve considerar os seguintes fatores de comunicação do texto especializado:

1) As condições dos emissores enquanto indivíduos detentores de conhecimento especializado sobre um assunto específico, conhecimento esse adquirido em condições explícitas de aprendizagem.

2) A situação dos receptores, embora não se possa precisar de maneira satisfatória quem são eles. Em geral, pode-se dizer que são aqueles que têm expectativa de receberem informações e de serem informados.

3) O desenvolvimento da temática: diz respeito ao conhecimento verdadeiramente especializado e sua transmissão. Isso só ocorre quando considerada a estrutura conceitual do campo em apreço.

Podemos dizer que somente será especializado caso se represente e se transmita respeitando escrupulosamente estrutura conceitual do campo em questão [...]. A propriedade de precisão semântica dos termos só pode ser respeitada na comunicação se quem comunica controla bem a estrutura conceitual do âmbito (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 36).

Vemos, pois, que os limites conceituais não podem ultrapassar o campo específico de cada matéria ou assunto estudado.

4) A função da linguagem: primordialmente, deve ser a função comunicativa competente para transmitir um conhecimento especializado, muito embora haja outras funções.

5) A situação de produção: diz respeito à linguagem especializada produzida por uma comunidade discursiva especialista em um determinado conhecimento. Essa linguagem é transmitida a um público também especialista ou semiespecialista. Mesmo a comunicação científica com o intuito de divulgação de conhecimentos ao público em geral, cumpre seu caráter especializado porque visa aumentar a competência especializada do público leigo.

Dessa feita, o nível interpretativo dos textos se amplia para que tenhamos um conhecimento integral, desde os aspectos linguísticos, como o léxico, as estruturas sintáticas e as tradições discursivas, aos aspectos extralinguísticos inerentes ao campo social e histórico das comunidades discursivas, responsáveis pela produção de linguagens especializadas em suas áreas de domínio do conhecimento.

3. As unidades fraseológicas dos Autos de Querela

Os Autos de Querela podem ser considerados especializados por circular no âmbito específico do judiciário colonial brasileiro e veicular uma linguagem especializada. Os termos jurídicos podem referi-se aos órgãos e aos cargos do judiciário, ao código de leis, aos tipos de crimes, às circunstâncias de realização dos crimes e aos instrumentos usados. Até mesmo a própria estrutura organizacional dos documentos caracteriza um texto especializado.

Os Autos de Querela são peças de um processo criminal e apresentam uma estrutura razoavelmente fixa em que os elementos são destacados como essenciais na sua confecção. O auto pode ser considerado uma peça primeira, à qual se somam outras em sua composição. Entendemos como uma peça o conceito atribuído por De Plácido e Silva que a define como documentos integrantes de um processo.

Na terminologia forense, é o documento ou qualquer escrito que se integra ou faça parte dos autos ou processo. Designa, pois qualquer parte elementar ou componente do processo: *petição, contestação, laudo, documentos probatórios, depoimentos*, etc. (DE PLÁCIDO E SILVA, 2006, p. 1017, grifo do autor).

Em cada peça se destacam usos de formas fixas de abertura ou de fechamento que estabelecem funções específicas de informação ou formas discursivas com papel relevante na interação dos sujeitos participantes. Assim, na peça 1 de abertura do auto que denominamos de *caput*, podemos destacar a UF *auto de querela e denúncia que dá* [...]. Esse uso repetido se encarrega da contextualização e apresentação dos sujeitos envolvidos no processo. Vejamos o contexto no qual a UF tem função relevante de apresentar as partes, ou seja, o querelante e o querelado, conforme vemos abaixo:

1. Auto de querela e Denúncia que dá | Thereza Maria de Jezus, e Seo Padrao | Antonio Borges moradora na Boa | uista; de Pedro Malheiros de Albu | querque branco Solteiro filho de | João Alues Malheiros. (XIMENES, 2006, p. 101).

Destacamos outro segmento da peça 1 em que são introduzidas as informações referentes ao tempo e ao espaço do registro da denúncia. A UF *ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo* [...] introduz a peça como uma marca do referente histórico muito relevante para se situar os fatos.

2. Anno do Nascimento de Nosso Senhor | Jezu Cristo demil oito centos eito annos | aos quatro dias domes de Junho do di | to anno nesta Vila de Sobral Capita | nia do Siara grande [...] (XIMENES, 2006, p. 101).

Destaca-se na peça 2, caracterizada pelo registro da petição, uma forma de fechamento que expressa uma súplica do querelante ao juiz responsável pelo recebimento da denúncia. *Receberá mercê* é uma UF muito usada nos documentos da época para encerrar um dis-

curso do suplicante e equivale ao atual *pede deferimento* utilizado nos requerimentos.

3. erecebera | merce= (XIMENES, 2006, p. 101-102).

Na peça 3, em que se apresentam as testemunhas, o uso das UFs permite-nos o conhecimento de aspectos históricos sociais do Ceará, uma vez que relaciona o modo de vida das pessoas. Linguisticamente, podemos estabelecer uma estrutura organizacional destas UFs que tem como base o verbo *viver*. A partir deste verbo, forma-se um a matriz *viver de [x]*, variando para *viver do ofício de [x]* em que podemos preencher a variável *[x]* por várias expressões ou formas de viver como se segue:

4. **vive de criar** [*seus gados*]

vive de ser [*vaqueiro*]

vive do ofício de [*vaqueiro*]

vive de [*curtir seus couros*]

vive de ser [*carniceiro*]

vive de ser [*contratador das carnes*]

vive de [*fazer suas selas*]

vive de [*plantar suas lavouras*]

vive de [*seus gados e agricultura*]

vive de seu ofício de [*carpinteiro*]

vive de [*suas pescarias*]

vive de ser oficial de [*alfaiate*]

vive de [*sua agência*]

vive de [*seu negócio*]

vive de [*seus negócios de fazendas secas e molhadas*]

Muitas outras ocorrências poderiam ser acrescentadas que representam as variadas formas de vida da população cearense na época. Dessa forma, as UFs além de representarem uma marca linguística em uso na língua de especialidade cuja organização pode ser estruturada de várias formas, elas expressam várias informações de ordem histórica, jurídica, social, cultural e econômica de um tempo pretérito e delimitam um gênero textual específico.

4. Considerações finais

O estudo dos textos jurídicos aqui, nomeadamente Autos de Querela, apesar de apresentarem uma estrutura fossilizada e formas repetidas estabelecidas conforme os rigores diplomáticos, podem revelar uma riqueza de fraseologias, que caracterizam a linguagem especializada elaborada por uma comunidade discursiva, no âmbito do judiciário da conjuntura administrativa do Brasil colônia.

As UFs expressam o domínio linguístico dos tabeliães e es-
crivães que registram os textos, por outro lado, estas UFs trazem à tona informações muito relevantes sobre aspectos da história do Ceará no que diz respeito aos modos de viver da população. Quanto à ocupação da população cearense, caracterizada como *viver de* temos vários atividades que sustentavam a base da economia do Ceará como agricultura e pecuária. Sabemos que a capitania o Ceará teve a base de sua economia na criação de gado e no cultivo da agricultura. Os historiadores dão notícias dos vastos currais de gado que se estendiam pelos sertões cearenses, assim como das vilas que se desenvolveram tendo como suporte as atividades relativas à pecuária.

Portanto, uma atenção mais especial dos textos escritos em épocas pretéritas além de preservar os documentos e a língua portuguesa, traz à tona também a história de uma época e de um povo com todas suas manifestações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVILACQUA, Cleci Regina. *A fraseologia jurídico-ambiental*. 1996. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Considerações acerca da fraseologia, sua conceituação e aplicabilidade na Idade Média. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 41-53, 1999.

CABRÉ, Maria Teresa; ESTOPÀ, Rosa. Unidades de conhecimento especializado, caracterização e tipologia. *Cadernos de tradução*, Porto Alegre, 2007, n. 20, p. 35-59.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

PAVEL, Silvia. A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registro nos vocabulários terminológicos. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (Org.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicografia: cooperação internacional Brasil e Canadá*. Tradução de Germana H. P. de Souza. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 99-132

PLÁCIDO E SILVA, Oscar José de. *Vocabulário jurídico*. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

RODRÍGUEZ, Alfredo Maceira. Algumas frases feitas do galego. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 127-141, 2000.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Autos de querella e denúncia...*: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: LCR, 2006.